



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ  
INSTITUTO DE ARTE E CULTURA (ICA)  
CURSO DE JORNALISMO**

**RAYANE ALINE PEREIRA LOPES**

**RELATÓRIO TÉCNICO DE ELABORAÇÃO DO LIVRO-REPORTAGEM RAÍZES  
DA TERRA - NARRATIVAS DE RENASCIMENTO E RESISTÊNCIA DO POVO  
ANACÉ**

**FORTALEZA**

**2025**  
RAYANE ALINE PEREIRA LOPES

RAÍZES DA TERRA - NARRATIVAS DE RENASCIMENTO E RESISTÊNCIA DO  
POVO ANACÉ

Produto jornalístico apresentado como Trabalho de Conclusão ao Curso de Jornalismo do Instituto de Cultura e Arte da Universidade Federal do Ceará, como requisito para a obtenção do Título de Bacharel. Área de concentração: Jornalismo ambiental e cultural.

Orientadora: Prof. Dra. Naiana Rodrigues da Silva.

FORTALEZA  
2025

RAYANE ALINE PEREIRA LOPES

RAÍZES DA TERRA - NARRATIVAS DE RENASCIMENTO E RESISTÊNCIA DO  
POVO ANACÉ

Produto jornalístico apresentado como Trabalho de Conclusão ao Curso de Jornalismo do Instituto de Cultura e Arte da Universidade Federal do Ceará, como requisito para a obtenção do Título de Bacharel. Área de concentração: Jornalismo ambiental e cultural.

Aprovada em: \_\_/\_\_/\_\_.

BANCA EXAMINADORA

---

Prof. Dra. Naiana Rodrigues da Silva (Orientadora)  
Universidade Federal do Ceará (UFC)

---

Prof. Esp. Eriene Firmino da Silva  
Universidade Estadual do Ceará (UECE)

---

Prof. Dra. Rosane da Silva Nunes  
Universidade Federal do Ceará

## RESUMO

O livro-reportagem “Raízes da Terra - Narrativas de renascimento e resistência do Povo Anacé” tem como objetivo destacar a força da cultura e da identidade do povo Anacé, que habita os municípios de São Gonçalo do Amarante e Caucaia, no Ceará. A obra investiga os conflitos e impactos gerados pela instalação do Complexo Industrial e Portuário do Pecém (CIPP), a partir de 1995, e a forma como o discurso oficial de "desenvolvimento" do Governo do Estado afetou esses territórios. O processo de emergência étnica do povo Anacé ocorreu em dois momentos distintos. O primeiro, no final da década de 1990, envolveu principalmente os indígenas das localidades de Matões (Caucaia) e Bolso (São Gonçalo do Amarante). O segundo, a partir de 2004, foi marcado pelo reconhecimento dos indígenas da Serra da Japura. O livro analisa esses processos e os desafios enfrentados pelas comunidades Anacé na luta pelo reconhecimento e preservação de seus territórios tradicionais.

**Palavras-chaves:** racismo ambiental, Anacé, Complexo Industrial e Portuário do Pecém, Terra Índígena, impactos ambientais.

## **ABSTRACT**

The reportage book "Raízes da Terra - Narrativas de renascimento e resistência do Povo Anacé" aims to highlight the strength of the culture and identity of the Anacé people, who inhabit the municipalities of São Gonçalo do Amarante and Caucaia, in Ceará, Brazil. The work investigates the conflicts and impacts caused by the implementation of the Pecém Industrial and Port Complex (CIPP) since 1995 and how the official discourse of "development" promoted by the State Government has affected these territories. The ethnic emergence process of the Anacé people occurred in two distinct moments. The first, in the late 1990s, mainly involved Indigenous groups from the localities of Matões (Caucaia) and Bolso (São Gonçalo do Amarante). The second, starting in 2004, was marked by the recognition of the Indigenous people of Serra da Japura. The book analyzes these processes and the challenges faced by the Anacé communities in their struggle for recognition and the preservation of their traditional territories.

**Keywords:** environmental racism, Anacé people, Pecém Industrial and Port Complex, Indigenous Land, environmental impacts.

"É uma distopia: em vez de imaginar mundos, a gente os consome. Depois que comermos a Terra, vamos comer a Lua, Marte e os outros planetas." (Krenak, 2020, p. 39).

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO.....</b>	<b>7</b>
<b>2 OBJETIVOS.....</b>	<b>8</b>
2.1 Objetivo geral.....	8
2.2 Objetivos específicos.....	9
<b>3 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....</b>	<b>9</b>
3.1 O povo Anacé e o seu território tradicionalmente ocupado.....	9
3.2 Impactos ao povo Anacé e racismo ambiental trazido por grandes indústrias... 11	
<b>4 SUPORTE ADOTADO.....</b>	<b>12</b>
<b>5 ESTRUTURA DO PRODUTO.....</b>	<b>14</b>
5.1 A obra.....	14
5.2 Capítulos.....	14
• Prefácio.....	14
• O desenvolvimento chegou, e agora?.....	14
• Um povo que se levanta diante do conflito.....	14
• Aldeia Mãe.....	15
• Histórico de Lutas.....	15
• Taba quer dizer morada.....	16
• Curando a terra ferida.....	16
• Narrar a Terra.....	16
• Brotar Cinema.....	16
• Epílogo.....	16
<b>6 JUSTIFICATIVA.....</b>	<b>17</b>
<b>7 METODOLOGIA.....</b>	<b>18</b>
7.1 Pesquisa documental.....	19
7.2 Pesquisa bibliográfica.....	19
7.3 Apuração.....	19
<b>8 CRONOGRAMA.....</b>	<b>23</b>
<b>9 PROJETO GRÁFICO.....</b>	<b>24</b>
9.1 Dados técnicos.....	25
9.2 Fotografias.....	25
Iago Barreto:.....	28
9.3 Paleta de cores.....	30
9.4 Grafismos.....	31
Grafismos originais.....	31
Digitalizados.....	32
<b>10 REFLEXÕES GERAIS SOBRE O PROCESSO DE FEITURA.....</b>	<b>32</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....</b>	<b>33</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Segundo levantamento do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 2022, o Ceará possui 200 localidades indígenas espalhadas por 31 municípios. O censo revela que 56.353 pessoas se autodeclararam indígenas no estado, o que corresponde a 0,64% da população cearense (8.794.957 habitantes). O Ceará ocupa a 4ª posição no Nordeste e a 9ª no Brasil em número de indígenas. O município com maior presença indígena é Caucaia, com 56 localidades. A maior parte dessas ocupações, no entanto, se encontram fora dos territórios oficialmente demarcados.

Em comparação com o censo de 2010, a população indígena do Ceará cresceu mais de 100%, passando de 20.669 para 56.353 pessoas. Um dos fatores que contribui para essa expansão no Ceará é o processo de reconhecimento da identidade indígena ainda em curso. Muitas pessoas e comunidades que anteriormente não se viam como indígenas passaram a se reconhecer como tal nas últimas décadas (Queiroz de Lima, 2024).

De acordo com dados da Fundação Nacional dos Povos Indígenas (FUNAI), o Ceará possui 10 terras indígenas: 2 estão em estudo, 1 está delimitada, 4 estão com os limites declarados, 1 está homologada, 1 está regularizada e a outra é uma Reserva Indígena.

O aumento do reconhecimento da identidade indígena no Ceará nas últimas décadas se dá após a longa tentativa de apagamento histórico por parte do poder público. Em 1863, o então presidente da Província do Ceará, José Bento da Cunha Figueiredo Júnior escreveu um Relatório Provincial que afirmava a extinção dos “índios” no estado. Com a negação da existência dos povos originários, as terras que os pertenciam passaram a ser tomadas pelos brancos, e, assim, por séculos os indígenas cearenses viveram em seus territórios sendo subjugados e silenciados (Queiroz de Lima, 2024).

Uma dessas etnias é a Anacé, que tradicionalmente ocupa os municípios de Caucaia e São Gonçalo do Amarante, na Região Metropolitana de Fortaleza (RMF). Os Anacé iniciaram o processo de emergência étnica a partir do final da década de 1990, após a chegada de grandes empreendimentos ao distrito do Pecém, no município de São Gonçalo do Amarante. O Complexo Industrial e Portuário do

Pecém (CIPP), à época nomeado de Cearáportos, previa a construção de uma refinaria de petróleo, uma siderúrgica e uma termelétrica (Tófoli, 2012). O CIPP passou então a impactar comunidades tradicionais que historicamente habitavam a região.

Levantamento feito pelas organizações indígenas dos Anacé da terra tradicional - Conselho dos troncos velhos da Japuara (JAPIMAN), Associação Indígena do Povo Anacé da Santa Rosa (AIPASR) e Associação do Povo Anacé do Planalto Cauípe (AIPAPC) - entre dezembro de 2020 e janeiro de 2021 - contabilizaram a existência de mais de três mil pessoas pertencentes à etnia (Queiroz de Lima, 2024).

O livro-reportagem “Raízes da Terra - Narrativas de renascimento e resistência do Povo Anacé” tem como objetivo destacar como, apesar dos inúmeros conflitos e impactos causados pelo CIPP e pela narrativa de “desenvolvimento” trazida pelo Governo do Estado do Ceará, o povo Anacé luta, resiste e se reafirma por meio da cultura e da identidade indígena.

O produto literário foi escrito após o emprego de uma abordagem qualitativa para compreender as vivências e percepções do povo Anacé, destacando suas narrativas de luta e resistência. Para isso, foram empregadas três etapas metodológicas: pesquisa bibliográfica, documental e de campo. Durante o processo foram realizadas entrevistas junto aos moradores da reserva indígena Taba dos Anacé (remanescentes dos territórios de Matões, Bolso) e Japuara.

O livro-reportagem foi estruturado em 12 capítulos, incluindo prefácio e epílogo. A obra busca costurar as narrativas de como viviam os Anacé antes da chegada do CIPP, como aconteceu o processo de emergência étnica dos diferentes grupos Anacé, além de destacar as manifestações culturais e políticas do povo, mostrando ainda a importância das populações indígenas para a preservação do meio ambiente.

## **2 OBJETIVOS**

### **2.1 Objetivo geral**

Elaborar um produto jornalístico que, por meio de uma escrita narrativa e descritiva, destaque os modos de vida do povo Anacé e as expressões políticas e

culturais da etnia. Além de investigar o processo de emergência étnica do povo Anacé e como eles têm lidado nos últimos anos com o avanço de grandes empreendimentos no território.

## **2.2 Objetivos específicos**

- Realizar entrevistas semi-estruturadas com lideranças da etnia Anacé;
- Realizar entrevistas semi-estruturadas com especialistas em impacto ambiental na terra Anacé;
- Visitar o território tradicional da Japuara e a reserva indígena Taba dos Anacé;
- Compreender os processos de emergência étnica do povo Anacé;
- Levantar dados históricos por meio de pesquisa bibliográfica para construção de linha do tempo.

## **3 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA**

### **3.1 O povo Anacé e o seu território tradicionalmente ocupado**

De acordo com documentos históricos, os indígenas da etnia Anacé, habitam os municípios de Caucaia e São Gonçalo do Amarante, no Ceará, há pelo menos quatro séculos (Queiroz de Lima, 2024). Após vivenciarem inúmeras violências e massacres, a etnia silenciou a própria identidade para sobreviver. Apesar disso, os Anacé continuaram praticando ritos e costumes ancestrais, repassando-os de geração em geração (Lima, 2012).

Antes da chegada dos grandes empreendimentos, o povo Anacé habitava em uma vasta região de matas e com abundância de recursos hídricos, o que propiciava a fertilidade do solo para a agricultura, uma das atividades de base para a subsistência do grupo indígena (Meireles; Brissac; Schettino, 2009). A pesca, a caça e uso medicinal de ervas também eram tradicionais naquela região.

Para os Anacé, e os povos indígenas de forma geral, a relação com a terra é sagrada. A mãe-terra deve ser defendida e tratada com respeito. O território não representa para eles uma relação material, mas sim afetiva e espiritual. As árvores são como parentes que crescem junto com o povo (Nóbrega; Barbosa, 2022).

As terras habitadas por populações indígenas estão repletas de reservas estratégicas de água doce nos aquíferos, nascentes e lagos. Neles são aplicadas tecnologias ancestrais de conservação do solo e da biodiversidade. Esses territórios são essenciais para a garantia da subsistência do povo indígena, e quando são invadidos por grandes empreendimentos, passam a ser superexplorados, causando a escassez de recursos que antes garantiam a continuidade do modo de vida daquela comunidade indígena (Leroy; Meireles, 2013).

E é essa relação que explica o levante dos Anacé. A etnia, que em determinado momento precisou calar a própria identidade para sobreviver, defendeu a terra e reivindicou a identidade indígena diante da chegada do “progresso”.

O silenciamento foi rompido a partir do final da década de 1990. O movimento de emergência étnica do povo Anacé aconteceu em dois momentos distintos. O primeiro se deu a partir do início da instalação do CIPP:

O marco histórico da organização política Anacé foi o processo de desapropriação e reassentamento de centenas de famílias rurais e indígenas gonçalenses por consequência da implantação de um grande empreendimento. Este processo foi desencadeado pelo governo do estado do Ceará em favor das obras de construção civil do Porto do Pecém e da infraestrutura de diversas indústrias dentro do Complexo Industrial e Portuário do Pecém (CIPP) (Queiroz de Lima, 2024, p. 20).

Com o início das remoções forçadas de suas casas, os moradores passaram a se unir e lutar pela terra em que moravam. Com a ajuda de várias instituições relacionadas à igreja católica, os habitantes da região passaram a pesquisar a história daqueles territórios e foi a partir dessas pesquisas que emergiram as narrativas da ancestralidade indígena daquele povo (Nóbrega, 2020).

Por mais de dez anos, os Anacé dos territórios de Matões e Bolso lutaram para permanecer na terra, até que os impactos tornaram impossível a garantia da reprodução dos modos de vida e da cultura daquele povo indígena (Lima, 2014). Sem opções, as famílias foram realocadas na Reserva Indígena Taba dos Anacé, construída pelo Governo do Estado do Ceará.

Já o segundo o momento de emergência étnica se deu com os Anacé que tradicionalmente habitam a Serra da Japuará após a descoberta de documentos históricos que comprovam a origem indígena de famílias daquela região (Queiroz de Lima, 2024). Apesar de estar situada a cerca de 20 quilômetros do CIPP, a Serra da

Japuara e suas aldeias também também sofreram inúmeros impactos. Desde o primeiro Grupo de Trabalho (GT) de Estudos de Fundamentação Antropológica da Ocupação dos Anacé, até hoje já são mais de 15 anos que o processo de demarcação da Terra Índigena se arrasta.

A chegada do CIPP e de empreendimentos ligados a ele trouxe um forte conflito ambiental para os diferentes grupos da etnia Anacé. Esses conflitos são o resultado de duas concepções antagônicas do uso do espaço. Para o povo tradicional, a luta é pela continuidade da ocupação no território e pela garantia da segurança alimentar, da saúde, da proteção ambiental e também da livre expressão da identidade cultural. Já para os investidores, a terra é vista como um recurso a ser explorado para a obtenção de lucro (Leroy; Meireles, 2013).

As comunidades e povos tradicionais estão na contramão desse desenvolvimento. suas relações extrativistas e de usufruto estão estruturadas e inseridas nas teleconexões continente-oceano-atmosfera-hidrosfera-biosfera, que fundamentam ancestralidades e vínculos interdependentes com a conservação dos biomas e ecossistemas (Leroy; Meireles, 2013, p. 117).

### **3.2 Impactos ao povo Anacé e racismo ambiental trazido por grandes indústrias**

Ao longo de quase 30 anos de instalação, o CIPP impactou o povo Anacé de inúmeras formas. A sobreposição desses grandes empreendimentos no território tradicionalmente ocupado pelo povo Anacé é a representação do racismo ambiental e representa riscos à saúde coletiva e insegurança alimentar da população indígena (Leroy; Meireles, 2013).

Principalmente nos últimos cinco anos, o povo Anacé presenciou profundas transformações em seus territórios. Fazendas deram lugar a loteamentos residenciais, a especulação imobiliária cresceu, impulsionada pelo turismo e pela demanda habitacional, e dunas foram convertidas em ruas na faixa de praia. Ao mesmo tempo, a violência aumentou, e empresas de mineração buscam novas jazidas para extração mineral. A duplicação da BR-222 segue em andamento, enquanto projetos para novas rodovias estaduais avançam (Queiroz de Lima, 2024).

Além disso, cresce a pressão política e judicial para a remoção de comunidades indígenas de suas terras tradicionais. O município de Caucaia enfrenta

ainda um aumento no tráfego de veículos pesados e a construção de novos hotéis, além da ampliação dos já existentes. Há também um crescimento expressivo de licenciamentos ambientais para grandes projetos de infraestrutura, como parques eólicos offshore, linhas de transmissão de alta tensão, a ferrovia Transnordestina, cabos de fibra óptica e gasodutos (Queiroz de Lima, 2024).

Diante das ameaças, Leroy e Meireles (2013) apontam que a atuação dos órgãos públicos pode ajudar ou dificultar a luta pelo direito à terra dos povos indígenas no Brasil:

[...] a impotência da Funai é manifesta. Em algumas situações, algum órgão do poder estadual ou municipal aparece ao lado dos atingidos, mas há mais chance de encontrá-lo do lado dos agressores. Nesse quadro sombrio, sobressaem aliados indefectíveis dos povos indígenas e das comunidades tradicionais: o Ministério Público Estadual e, sobretudo, o Ministério Público Federal. Esses órgãos conseguem, às vezes, fazer com que o Poder Judiciário reconheça os direitos de comunidades e, quando não o fazem, com sua presença ajudam-nas a se sentirem sujeitos de direitos e a não desistirem nas lutas pelo reconhecimento de tais direitos (Leroy; Meireles, 2013, p. 124).

Na medida em que alguns órgãos e entidades dão suporte à luta pela terra, o Estado apresenta grande morosidade no que se refere à demarcação dos territórios indígenas, o que torna essas populações vulneráveis e suscetíveis a inúmeras violências (Leroy; Meireles, 2013).

Desde o início da instalação, o CIPP nunca deixou de se expandir. Essa transformação do território pode resultar em novas desapropriações, afetando diretamente a comunidade indígena, cujo território se sobrepõe às áreas destinadas à expansão do CIPP. O contexto de avanço constante dos empreendimentos reforça a necessidade de demarcação da terra (Queiroz de Lima, 2024).

#### **4 SUPORTE ADOTADO**

O formato selecionado para o projeto é o livro-reportagem, reconhecido por sua eficácia na investigação e exposição de temas complexos. Esse suporte proporciona ao leitor uma visão aprofundada e reflexiva sobre determinados acontecimentos ou questões (Almeida, 2019).

A escolha do livro-reportagem para esta pesquisa deve-se à sua capacidade de unir técnicas jornalísticas a recursos narrativos literários, permitindo uma

abordagem mais contextualizada e detalhada do tema explorado. Esse formato não apenas amplia a compreensão do assunto, como também possibilita a análise de diferentes perspectivas e nuances (Almeida, 2019).

A natureza híbrida do livro-reportagem permite ao autor ir além da simples exposição de fatos e eventos, trazendo à tona histórias humanas e suas complexidades. Esse tipo de narrativa proporciona uma experiência mais imersiva e envolvente, aproximando o leitor dos personagens e favorecendo uma compreensão mais ampla das implicações sociais, políticas e culturais do tema investigado (Almeida, 2019).

Além da versatilidade do livro-reportagem, outros fatores influenciaram a escolha desse suporte. Um deles foi a forma como os entrevistados poderiam reagir durante a gravação de um documentário. Diante das câmeras, havia o risco de que se inibissem ou reprimissem suas falas, especialmente porque, durante a apuração, foram feitas muitas denúncias sobre violências sofridas dentro do território. Essas declarações só foram obtidas porque as fontes se sentiram seguras e confortáveis para falar. A presença de uma câmera poderia facilmente alterar essa dinâmica, além de constranger os entrevistados ao abordarem temas sensíveis e se emocionarem.

O formato sonoro também se mostrou inadequado para a pauta, sobretudo pela falta de equipamentos que garantissem uma boa captação de áudio para a produção de um podcast. A maior parte das entrevistas foi realizada dentro do território, enquanto os entrevistados se movimentavam ou me mostravam o local. Algumas dessas entrevistas duraram horas, e o único suporte de gravação disponível era um microfone de lapela, que, em alguns momentos, descarregou, exigindo o uso de anotações ou do gravador do celular, que não isola o som ambiente.

Diante dessas circunstâncias, a escolha do livro-reportagem revelou-se a melhor alternativa, não apenas por sua flexibilidade, mas também pela possibilidade de explorar recursos narrativos com os quais me aproximei durante a graduação, permitindo um texto mais sensível e literário.

## **5 ESTRUTURA DO PRODUTO**

### **5.1 A obra**

O livro-reportagem "Raízes da Terra - Narrativas de renascimento e resistência do Povo Anacé" apresenta, ao longo de seus capítulos, recortes da história do povo Anacé, destacando sua luta pela terra e a força de resistência diante das ameaças impostas pelo "desenvolvimento". A obra é composta por 12 capítulos, incluindo prefácio e epílogo. Alguns desses capítulos têm um enfoque histórico, situando o leitor sobre o contexto do conflito e dialogando com a bibliografia existente sobre os embates envolvendo a comunidade indígena. Outros capítulos são centrados nas narrativas pessoais do povo Anacé, evidenciando histórias de força, resistência e coragem, mas também as dores e violências vivenciadas.

### **5.2 Capítulos**

- **Prefácio**

O prefácio tem como objetivo apresentar o tema da obra e justificar a escolha do tema. Explica a minha motivação pessoal e contextualiza a importância da abordagem sobre a luta do povo Anacé.

- **O desenvolvimento chegou, e agora?**

Este capítulo contextualiza como era a vida do povo Anacé antes da chegada do Complexo Industrial e Portuário do Pecém (CIPP). Descreve as características do território e os modos de subsistência da etnia, abordando o momento em que os empreendimentos começaram a surgir e os impactos imediatos nas populações de Matões (Caucaia) e Bolso (São Gonçalo do Amarante).

- **Um povo que se levanta diante do conflito**

Conduzido pelas histórias de Thiago Halley Anacé e Júnior Anacé, o capítulo traz as narrativas de emergência étnica do povo Anacé nos territórios de Matões e Bolso, que passaram a investigar sua ancestralidade após a instalação do CIPP no

final da década de 1990. Apresenta a mobilização da comunidade e os desafios enfrentados na afirmação de sua identidade.

- **Aldeia Mãe**

Este capítulo aborda o processo de emergência étnica do povo Anacé que tradicionalmente habita o território da Japuara, em Caucaia. Diferente do grupo de Matões e Bolso, o processo de reconhecimento étnico na Japuara iniciou em 2004, após a descoberta de documentos históricos que atestavam a ancestralidade das famílias daquela terra. Introduce a história do cacique Antônio Ferreira, falecido em 2019, e é conduzido pelas narrativas de seus filhos, Climério Anacé e Roberto Ytaysaba Anacé.

- **Histórico de Lutas**

Este capítulo apresenta uma narrativa cronológica dos conflitos enfrentados pelo povo Anacé desde o início da instalação do CIPP. Aborda as hostilidades enfrentadas pelos indígenas por parte da população não indígena e da mídia, além de discutir a formação dos Grupos de Trabalho (GTs) e a morosidade no processo de demarcação de terras.

- **Com o desenvolvimento, outros problemas vêm juntos**

O capítulo explica os inúmeros impactos causados pelo CIPP nas localidades de Matões e Bolso e traz como fonte o professor Jeovah Meireles, especialista em impactos ambientais causados por grandes empreendimentos. Alguns personagens da etnia também revelam os traumas causados pela chegada dos empreendimentos.

- **Feridas Abertas**

Este capítulo destaca o acordo para a construção da Reserva Indígena Taba dos Anacé, para onde foram realocadas 163 famílias dos territórios de Matões e Bolso por causa da degradação do território tradicionalmente habitado. O texto traz as vozes de pessoas que foram para a reserva, focando nas histórias de Andrea Coelho Anacé, Alexandrina Paulino Anacé e Eveline Duarte Anacé. As três mulheres relatam a dor de terem deixado suas terras, abordam as mágoas, incertezas e

dificuldades encontradas durante a realocação. O capítulo busca uma linguagem sensível para traduzir os sentimentos das entrevistadas e evidenciar os impactos emocionais e culturais da remoção.

- **Taba quer dizer morada**

Dando continuidade ao capítulo anterior, este aborda como o povo Anacé realocado conseguiu reconstruir a vida na reserva indígena e a depositar nela suas esperanças de um futuro melhor. Destaca as estratégias de adaptação e as iniciativas da comunidade para reconstruir sua identidade no novo território, além de destacar a força do resgate da cultura e da educação indígena.

- **Curando a terra ferida**

Este capítulo trata dos impactos do CIPP no território da Japuaara e as dificuldades enfrentadas pelo povo Anacé para manter seu modo de vida tradicional, abordando as invasões e violências presentes na terra tradicional. A narrativa tem como foco explicar o conceito de retomar a terra e suas múltiplas simbologias. O texto foi construído a partir dos relatos das lideranças Climério Anacé, Áurea Anacé e Roberto Ytaysaba Anacé.

- **Narrar a Terra**

O capítulo é conduzido por três personagens do povo Anacé da Japuaara, representantes de diferentes gerações. Eles têm o papel de reafirmar a cultura do seu povo e transmitir saberes sobre a terra ancestral para as novas gerações. Suas narrativas evidenciam a importância da oralidade e da memória coletiva na preservação da identidade Anacé.

- **Brotar Cinema**

Este capítulo aborda a força das narrativas do povo Anacé e o poder de transformá-las em audiovisual por meio do projeto Brotar Cinema Anacé. O projeto oferece formação em audiovisual para crianças e jovens de várias localidades, permitindo que suas histórias sejam registradas e divulgadas como uma ferramenta de resistência cultural.

- **Epílogo**

No epílogo, são resgatadas as principais reflexões trazidas pelo livro. Discute-se o cenário da política indigenista no Brasil nos últimos anos e as mudanças ocorridas com o último governo. Reforça-se, mais uma vez, a urgência da demarcação das terras Anacé para garantir a continuidade dos modos de vida da comunidade.

## **6 JUSTIFICATIVA**

A comunicação em muitas situações foi utilizada para atender aos interesses de quem comunica. No jornalismo não é diferente. A matéria jornalística está atrelada a um viés, e pode ou não favorecer determinados grupos sociais e políticos. O discurso da parcialidade, amplamente defendido pela imprensa hegemônica brasileira esconde diversas formas de racismo, classicismo, misoginia, elitismo e vários outros tipos de preconceitos. Isso acontece porque a imprensa tradicional está atrelada aos interesses de quem a financia: grupos políticos e econômicos historicamente privilegiados (Moraes; 2022).

De acordo com Antonio Gramsci (1966), retomado por França e Simões (2016), o poder da classe dominante não se limita a formas autoritárias de coerção, mas também se manifesta pela disseminação de sua visão de mundo e cultura como a única possível, conceito que ele define como hegemonia. Nesse contexto, ao nos referirmos à mídia hegemônica, estamos falando de veículos que continuam reproduzindo discursos elitistas, classistas, misóginos e alinhados ao pensamento dos detentores do poder na atualidade.

Ao reverberar o discurso do Governo do Estado e dos empreendimentos que se instalaram no Pecém, a mídia escolheu um lado. É o que podemos ver no trecho extraído de uma matéria do jornal Diário do Nordeste<sup>1</sup>, um dos maiores veículos de comunicação do Ceará:

O Porto do Pecém chega, nesta segunda-feira (28), ao aniversário de 20 anos do empreendimento, em um cenário consolidado como o segundo principal terminal do Nordeste ao se considerar a movimentação de cargas. Celebrado como um dos grandes expoentes para impulsionar investimentos no Ceará, o porto já é

---

<sup>1</sup> Disponível em:

<https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/negocios/em-20-anos-porto-do-pecem-se-consolida-com-o-maior-ancora-de-desenvolvimento-no-estado-1.3209259>. Acesso em: 18 de dezembro de 2024.

apontado como a "maior âncora de transformação e desenvolvimento econômico do Estado" (DIÁRIO DO NORDESTE, 2022).

O texto se isenta, no entanto, de citar os impactos ambientais, sociais e culturais gerados à população que habita o entorno da instalação portuária e industrial. O jornalismo dito “neutro” e objetivo é o mesmo que se alia aos detentores do poder, tornando-se também cúmplice de toda a violência gerada a grupos minoritários. “É justamente por meio dessa operação que esse discurso se naturaliza e, assim, ganha mais aliados, muitos deles não se percebendo como promotores da violência” (Moraes, 2022, p. 23).

Em busca de um jornalismo que foge do senso comum e dessa suposta “neutralidade”, Fabiana Moraes (2022) aponta um caminho naquilo que ela chama de “jornalismo de subjetividade”. Ao citar Sueli Carneiro, a autora pernambucana reflete como deveria ser montada uma pauta baseada no jornalismo de subjetividade, aquele que não tem medo de se posicionar e de refletir sobre a própria deontologia da profissão:

Munido de uma racionalidade criativa e da emoção solidária, [o jornalista] assume a postura de curiosidade e descoberta, de humildade para sentir as dores do mundo (Dines), de empatia, de solidariedade às dores universais (Medina). Como consequência, sua narrativa será a organização do que está disperso, com as ligações do que está desconexo, rica em contexto que possa esclarecer, proporcionar compreensão. Assim, seu trabalho respeita as diferenças de qualquer natureza e se isenta de julgamentos, de preconceitos e estereótipos. Sua narrativa adquire caráter emancipatório, pois, de forma humanizada, seu ato é humanizador (Carneiro, 2012, *apud* Moraes, 2022, p.58).

Entendendo que há muito tempo a mídia é utilizada como meio de perpetuação de poder e que a pauta também pode ser utilizada como uma arma de combate (Moraes, 2022), o livro-reportagem “Raízes da Terra - Narrativas de renascimento e resistência do Povo Anacé” vai na contra-mão da mídia hegemônica e busca ampliar o alcance das narrativas de grupos minoritários e historicamente marginalizados, como é o caso do povo Anacé.

Por essa razão, a apuração não teve como foco entrevistar fontes que representam o lado oposto do conflito pela terra, como o Governo do Estado do Ceará e as empresas do CIPP. O livro conta parte da história do povo Anacé e, por isso, é conduzido principalmente por suas vozes, apoiado pelo respaldo de pesquisas científicas.

## **7 METODOLOGIA**

O livro-reportagem “Raízes da Terra - Narrativas de renascimento e resistência do Povo Anacé” tem como objetivo trazer narrativas de luta e resistência do povo Anacé diante dos inúmeros conflitos enfrentados pela etnia nas últimas décadas. Optou-se pela abordagem qualitativa por permitir uma compreensão mais profunda das vivências e percepções do povo Anacé, valorizando suas narrativas e perspectivas. Foram aplicadas as seguintes etapas metodológicas: pesquisa bibliográfica, documental e apuração dentro dos territórios.

### **7.1 Pesquisa documental**

A análise documental consistiu na busca de notícias que abordassem conflitos e impactos causados pelo CIPP no povo Anacé. Durante as pesquisas foram encontradas 11 notícias e reportagens de jornais como O Povo, Diário do Nordeste, Brasil de Fato e Agência Econordeste.

A análise documental permitiu obter conhecimento do histórico de conflitos e realizar uma leitura mais próxima da realidade. Essas fontes documentais forneceram dados em quantidade e qualidade essenciais para a contextualização e melhor delimitação do objeto de pesquisa.

### **7.2 Pesquisa bibliográfica**

Já a análise bibliográfica consistiu na busca de artigos, teses e dissertações que destacassem o processo de emergência étnica, os conflitos vivenciados e também as manifestações sociais e culturais da etnia Anacé. Dentre os documentos bibliográficos encontrados estão 12 artigos, uma tese de doutorado, uma dissertação de mestrado, uma monografia e ainda um Parecer Técnico elaborado pelo Ministério Público Federal (MPF). Alguns desses documentos também foram obtidos por recomendações das fontes entrevistadas.

A leitura do material bibliográfico serviu de subsídio para o aprofundamento no tema, proporcionando uma visão ampla e crítica sobre o desenrolar dos conflitos

ao longo dos anos, auxiliando na construção do referencial teórico e na fundamentação da pesquisa (Lakatos; Marconi, 2003).

### **7.3 Apuração**

Em maio de 2024, entrei pela primeira vez em contato com a assessoria de comunicação da Secretaria Estadual dos Povos Indígenas (Sepince) em busca de fontes para a apuração. Alguns colegas jornalistas também contribuíram para a indicação de fontes.

Ainda em maio, entrei em contato com Paulo Anacé, liderança indígena da aldeia Cauípe. Na época, ele se encontrava fora do território indígena por estar sob ameaça de posseiros e, por essa razão, me indicou o contato de Marcelo Anacé. A primeira entrevista com Marcelo ocorreu de forma online no final de maio e, no início de junho, realizamos a primeira entrevista presencial, que aconteceu em um dos espaços da Universidade Federal do Ceará (UFC). Por conflitos de agenda, não foi possível visitar a aldeia Cauípe, mas, a partir do contato com Marcelo, obtive informações sobre outras lideranças indígenas.

Apesar de ter conseguido uma entrevista presencial com Thiago Halley Anacé, uma das lideranças da Taba dos Anacé, a conversa aconteceu em Fortaleza e ele não pôde me acompanhar ao território devido à falta de disponibilidade. Mesmo diante da dificuldade de acesso a algumas lideranças, continuei tentando contato até que, ao falar com o cacique Roberto Ytaysaba Anacé, da Japuaara, em Caucaia, consegui agendar uma visita ao território.

Essa visita ocorreu em 10 de agosto, três meses após o início da busca por fontes. Nesse primeiro momento, foram realizadas seis entrevistas semiestruturadas, sendo duas com lideranças e quatro com outros membros da comunidade.

A visita à Reserva Indígena Taba dos Anacé, localizada na região do Garrote, em Caucaia, também representou um desafio, pois as lideranças não estavam disponíveis para me acompanhar pelo território. Só consegui conhecê-lo após minha atuação como bolsista no projeto Caminho das Águas, realizado pelo Ministério da Cultura por meio da Secretaria de Formação, Livro e Leitura (Sefli). A formação, que durou uma semana e reuniu jovens indígenas do Ceará, possibilitou meu contato com Lidiane Anacé, moradora da Taba, que se dispôs a colaborar com o projeto.

Conheci a reserva em 10 de setembro de 2024. Nesse dia foram conduzidas um total de cinco entrevistas semiestruturadas, sendo três delas com lideranças indígenas, uma com uma professora da Escola Direito de Aprender do Povo Anacé e uma com um idoso da comunidade. As duas visitas foram acompanhadas pelo fotógrafo João Ferreira Neto que realizou os registros dos entrevistados e das localidades visitadas.

A última visita foi realizada no dia 23 de novembro de 2024 para acompanhar a celebração de 19 anos da Dança de São Gonçalo na Reserva Indígena Taba dos Anacé. Nesse dia não foram realizadas entrevistas, o objetivo era observar as inúmeras formas de manifestação cultural do povo Anacé, bem como as formas deles de perpetuar suas tradições, criar vínculos e realizar o resgate ancestral da memória.

A apuração dentro dos territórios foi essencial para a construção do livro-reportagem e permitiu uma maior aproximação com as nuances e dinâmicas vivenciadas pelo povo Anacé (Gil, 2008). Além disso, foi por meio das visitas e das observações realizadas que consegui captar as subjetividades presentes nos territórios. Os detalhes e aspectos subjetivos das visitas foram fundamentais para a escrita literária presente no livro-reportagem.

As entrevistas foram conduzidas com base em um roteiro previamente elaborado, permitindo flexibilidade para adicionar ou modificar perguntas de acordo com as respostas dos entrevistados (Rocha, 2020).

No total foram realizadas 18 entrevistas, duas com especialistas em impactos ambientais trazidos por grandes empreendimentos, sete com pessoas da Reserva Indígena Taba dos Anacé, oito com moradores da Aldeia Mãe, na Japuara, e uma com uma liderança da aldeia Cauípe. Quatro dessas entrevistas ocorreram online:

- **Rute Anacé**, que na época estava em Brasília concluindo o doutorado em Antropologia, respondeu às perguntas por áudio em um aplicativo de mensagens em junho de 2025, devido à falta de disponibilidade para uma conversa síncrona.
- **Climério Anacé**, liderança da Japuara, foi entrevistado em janeiro de 2025, pois não estava no território tradicional no dia da visita.

- **Aurea Anacé**, também da Japuara, estava no território no dia da visita, mas não houve tempo hábil para entrevistá-la presencialmente. A entrevista foi realizada em fevereiro de 2025.
- **Jeovah Meireles**, pesquisador, foi entrevistado online em fevereiro de 2025 devido à indisponibilidade de agenda.

Nem todos os entrevistados foram citados no livro-reportagem, pois algumas entrevistas serviram apenas para a contextualização do tema. A seguir, a tabela com todos os entrevistados:

<b>NOME</b>	<b>LOCALIDADE</b>	<b>FORMATO</b>
Adriano Passarinho	Aldeia Tradicional	Presencial
Alexandrina Paulino	Taba dos Anacé	Presencial
Andrea Coelho	Taba dos Anacé	Presencial
Antônio Adelino	Taba dos Anacé	Presencial
Cacique Roberto	Aldeia Tradicional	Presencial
Eveline Duarte Rocha	Taba dos Anacés	Presencial
Giovani Anacé	Aldeia Tradicional	Presencial
Júnior Anacé	Taba dos Anacé	Presencial
Marcelo Anacé	Cauípe	Presencial
Maria do Céu	-	Presencial
Neile Anacé	Aldeia Tradicional	Acesse
Rute Anacé	Taba dos Anacé	Online
Thiago Halley	Taba dos Anacé	Presencial

Wellington Anacé	Aldeia Tradicional	Presencial
Climério Anacé	Aldeia Tradicional	Online
Glaydson Anacé	Aldeia Tradicional	Presencial
Aurea Anacé	Aldeia Tradicional	Online
Jeovah Meireles	-	Online

## 8 CRONOGRAMA

A construção do livro-reportagem “Raízes da Terra - Narrativas de renascimento e resistência do Povo Anacé” durou 11 meses. O prazo foi ampliado devido à greve nacional dos servidores, que paralisou as atividades da UFC entre abril e setembro de 2024. No entanto, diante da complexidade do projeto, interromper a apuração durante esse período não foi uma opção.

Acredito que a extensão do cronograma foi essencial para viabilizar um número significativo de entrevistas e um levantamento bibliográfico extenso. Ainda assim, lamento não ter conseguido visitar os territórios mais vezes e aprofundar ainda mais a pesquisa. Como relatado anteriormente, houve dificuldades para realizar as visitas, e em julho de 2024 cheguei a considerar a troca do tema da pesquisa, pois escrever sobre o povo Anacé sem conhecer o território habitado pela etnia não seria viável.

Cada visita exigia planejamento logístico, conciliação de agendas - tanto com membros da comunidade quanto com o fotógrafo João Ferreira - e recursos financeiros. Diante dessas limitações e do prazo reduzido para concluir a apuração e a escrita, em novembro, junto à minha orientadora, Naiana Rodrigues, decidi encerrar as visitas e iniciar a decupagem das entrevistas.

Essa etapa foi uma das mais trabalhosas e demandou cerca de um mês e meio, pois as entrevistas tinham entre 40 e 60 minutos de duração e continham relatos com uma grande carga emocional devido às diversas violências sofridas ao longo dos anos.

Outro ponto que exigiu dedicação contínua foi a pesquisa bibliográfica. A consulta a referências ocorreu durante toda a produção e, em alguns casos, demandou bastante tempo. A tese de doutorado do antropólogo Ronaldo de Queiroz Lima (2024), por exemplo, levou mais de uma semana para ser lida e assimilada, o que exigiu uma reorganização dos prazos finais de entrega.

A escrita do livro durou cerca de dois meses e meio e foi a etapa mais desafiadora. Precisei reavaliar rotas, reestruturar capítulos e definir quais histórias seriam incluídas no livro — uma decisão difícil. Como jornalista em formação e pesquisadora, meu maior compromisso era representar a luta do povo Anacé com clareza e fidelidade. No entanto, durante esse processo, deparei-me com diferentes versões dos fatos e tive que decidir por qual caminho seguir.

Diante dos desafios e imprevistos, estabelecer prazos e dividir o projeto em etapas menores foi fundamental para viabilizar a execução de um trabalho complexo dentro do tempo disponível.

<b>Etapas da pesquisa</b>	<b>04/24</b>	<b>05/24</b>	<b>06/24</b>	<b>07/24</b>	<b>08/24</b>	<b>09/24</b>	<b>10/24</b>	<b>11/24</b>	<b>12/24</b>	<b>01/25</b>	<b>02/24</b>	<b>03/25</b>
Pesquisa bibliográfica	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	
Entrevistas		X	X	X	X	X	X				X	
Visitas de campo					X	X		X				
Decupagem e análise das entrevistas										X	X	
Escrita do texto									X	X	X	
Orientação	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	
Revisão final do texto											X	
Diagramação											X	

Entrega e Defesa													X
------------------	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	---

## 9 PROJETO GRÁFICO

O projeto gráfico do livro-reportagem “Raízes da Terra - Narrativas de renascimento e resistência do Povo Anacé” foi cuidadosamente elaborado para enriquecer a experiência do leitor. Ele engloba diagramação, tipografia da capa e do conteúdo, escolha da paleta de cores, imagens e a organização dos elementos nas páginas. A proposta é que a identidade visual, em conjunto com as fotografias, amplifique a força da narrativa sobre o povo Anacé, permitindo que o leitor perceba as nuances e subjetividades das histórias contadas. Para isso, foram utilizados elementos que dialogam diretamente com o território, como uma paleta de cores inspirada na paisagem local, grafismos tradicionais do povo Anacé e uma combinação tipográfica que equilibra títulos marcantes com um texto corrido de leitura fluida.

O projeto foi produzido por mim em parceria com a estudante de publicidade Eulália Silva. Para a concepção do projeto foram realizadas quatro reuniões de alinhamento, sendo uma presencial e as outras três online. Todo o conceito da identidade visual foi pensado por mim e executado pela designer. Para a produção, foram utilizados os programas Adobe Photoshop 2023 e Adobe Indesign 2022.

### 9.1 Dados técnicos

- Páginas: 78.
- Suporte: impresso e digital.
- Tamanho: 14 cm x 21 cm.
- Margens: 20 mm (superior, interna e externa) e 30mm (inferior).
- Sangria: 5 mm (superior, inferior, interna, externa).
- Tipografia da capa: bebas neue.
- Tipografia do livro: garamond.
- Tamanho da letra do corpo do texto: 12.
- Espaço entre linhas do corpo do texto: 14 pt.

## 9.2 Fotografias

As fotografias presentes na obra são de autoria dos fotógrafos João Ferreira Neto e Iago Barreto Soares. O primeiro profissional me acompanhou durante as visitas de campo e realizou os registros dos entrevistados e do território. Já o segundo, autorizou o uso de imagens de personagens que não foram entrevistados nos dias das visitas, seja porque as entrevistas foram online ou porque se deram em outros espaços, sem a presença do fotógrafo João Ferreira.

Desde o planejamento da pauta, defini que as fotografias seriam um complemento essencial ao texto, ajudando a contar a história do povo Anacé. As imagens do território reforçam as tradições e vivências ancestrais da etnia, evidenciando a importância da terra para a preservação da cultura e dos modos de vida indígena. Já as fotos dos entrevistados são fundamentais para sensibilizar o leitor e fortalecer sua conexão com a narrativa.

Confira a seguir algumas das imagens utilizadas no livro, organizadas por fotógrafo:

### João Ferreira







Iago Barreto:







### 9.3 Paleta de cores

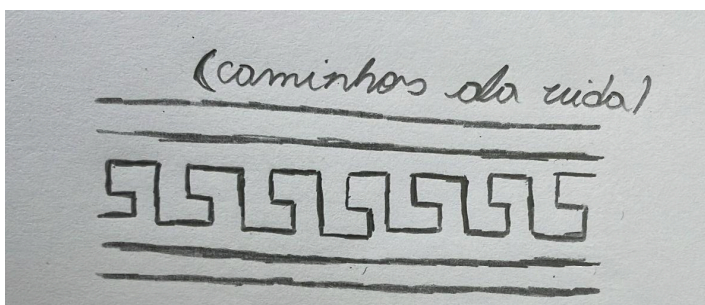
A paleta de cores foi pensada a partir de cores presentes no território. O Verde remete aos galhos e folhagens presentes nas árvores. O azul remete ao mar, pois as localidades estão próximas à região costeira. O verde musgo faz referência às lagoas, sagradas para o povo Anacé. A cor areia remete ao solo dos territórios enquanto o marrom escuro representa as raízes dessa terra. Confira a paleta completa:



#### 9.4 Grafismos

Os grafismos presentes na obra foram elaborados por Lidiane Anacé, residente da Reserva Indígena Taba dos Anacé. Para isso, foi solicitado que ela desenhasse em um papel e falasse um pouco sobre o significado do grafismo. Os desenhos foram digitalizados com a utilização do Illustrator. Confira o resultado:

##### Grafismos originais



**Digitalizados**



## **10 REFLEXÕES GERAIS SOBRE O PROCESSO DE FEITURA**

Ao escolher o tema sobre os povos indígenas do Ceará, busquei narrativas geograficamente próximas e com elementos que pudessem ser melhor trabalhados em um livro-reportagem. O histórico de lutas do povo Anacé logo chamou minha atenção, e percebi que essa era a história na qual gostaria de me aprofundar.

Iniciei a pesquisa bibliográfica em abril de 2024, focando primeiro no entendimento do tema e na definição do recorte. Também busquei nomes de possíveis colaboradores e entrei em contato com lideranças indígenas mencionadas em artigos e matérias jornalísticas para agendar entrevistas.

Realizei algumas entrevistas online para compreender melhor as problemáticas envolvidas. Um dos desafios foi definir o recorte, pois o povo Anacé é composto por mais de 20 aldeias, cada uma com realidades distintas. Ao perceber que todas eram impactadas por grandes empreendimentos, decidi narrar as histórias de dois grupos: o da Reserva Indígena Taba dos Anacé e o do território tradicional, que reúne um conjunto de aldeias.

Entrevistei pessoas de outras localidades, mas, devido à distância e a conflitos de agenda, não consegui visitar esses territórios. Por isso, optei por detalhar no livro apenas as realidades que pude vivenciar pessoalmente: as do povo da Japuaara e da Taba dos Anacé.

As entrevistas foram previamente planejadas, com um roteiro de entrevistados e horários em cada localidade. No entanto, algumas não puderam ser realizadas por falta de tempo. Além disso, o processo exigiu sensibilidade, pois

muitas histórias envolviam traumas, dores e violências, emocionando os entrevistados em diversos momentos.

Durante a escrita, tratei as informações com cuidado. Muitos entrevistados mencionaram posseiros e pessoas responsáveis por ameaças, mas, por segurança e pela falta de provas concretas além dos relatos, optei por não divulgar esses nomes.

Diante da extensa bibliografia, das longas entrevistas e das diversas informações sobre formação de GTs, denúncias, violações de direitos e influências políticas, um dos maiores desafios foi estruturar a narrativa. Para facilitar a compreensão do leitor, inseri uma linha do tempo na obra, situando os acontecimentos de forma mais clara.

Falar sobre o povo Anacé se mostrou complexo e repleto de desafios, mas entendo que falar sobre temas como esse são essenciais para o jornalismo. É necessário evidenciar o que o Estado tantas vezes negligencia. Ao falar sobre os conflitos que envolvem a etnia, retrato as inúmeras vidas afetadas que tem o seu modo de vida tradicional ameaçado pelo progresso.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, F. O Poder da Investigação: **O Livro Reportagem Como Ferramenta de Jornalismo**. Editora ABC, 2019.

BRISSAC, Sérgio. Os embates da questão Anacé: a atuação de antropólogos na efetivação de direitos territoriais indígenas no Ceará. In: OLIVEIRA, João Pacheco de; MURA, Fabio; SILVA, Alexandra Barbosa da (Org.). **Laudos antropológicos em perspectiva**. Brasília: Aba Publicações, 2015. p. 280-306.

BRISSAC, Sérgio; MEIRELES, Jeovah; SCHETTINO, Marco Paulo. O povo indígena Anacé e seu território tradicionalmente ocupado. **Parecer técnico**. Ministério Público Federal. Cadernos do LEME, Campina Grande, v. 4, n. 1, p. 115-235, jan./jun. 2012. Publicado originalmente em 2009.

DANTAS, Luiza. Porto do Pecém: 20 anos de história e desenvolvimento para o Ceará. **Governo do Estado do Ceará**, 22 dez. 2015. Disponível em: <https://www.ceara.gov.br/2015/12/22/porto-do-pecem-20-anos-de-historia-e-desenvolvimento-para-o-ceara/>. Acesso em: 18 dez. 2024.

FRANÇA, V. V.; SIMÕES, P. G. **Curso básico de teorias da comunicação**. [s.l.]: Autêntica, 2017.

FREITAS, Nonato de. **Utilização dos aquíferos, dunas e barreiras na região industrial do Pecém e (in)justiça ambiental nas comunidades tradicionais e indígenas**. 2020. 94 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2020.

KRENAK, Ailton. **A vida não é útil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

LEROY, Pierre; MEIRELES, Jeovah. Povos indígenas e comunidades tradicionais: os visados territórios dos invisíveis. In: PORTO, Marcelo Firpo; PACHECO, Tânia; LEROY, Jean Pierre (Org.). **Injustiça ambiental e saúde no Brasil – O mapa de conflitos**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2013. p. 118-131.

LIMA, Ronaldo de Queiroz. **A existência indígena dos Anacé da Serra da Japuaçu**: continuidade histórica, conexões de parentesco e habitar a terra ancestral com encantados. 2024. 336 f. Tese (Doutorado em Antropologia) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2024.

LIMA, Thiago Halley Santos de. **Educação escolar indígena no Ceará**: a escola como direito de aprender do povo Anacé. 2014. 68 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Pedagogia) – Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2014.

LIMA, Thiago Halley Santos de. **O conhecimento na escola indígena no Ceará**: práticas de ensino diferenciado na Escola Indígena Direito de Aprender do Povo Anacé. 2017. 113 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2017.

MORAES, F. **A pauta é uma arma de combate**. [s.l.]: Arquipélago Editorial, 2022.

NÓBREGA, Luciana Nogueira. O povo indígena Anacé e o Complexo Industrial e Portuário do Pecém, no Ceará: desenvolvimento e resistências no contexto da barbárie por vir. **Revista de Ciências Sociais** — Fortaleza, v. 51, n. 2, jul./out. 2020, p. 165–211. Disponível em: <http://repositorio.ufc.br/handle/riufc/53093>. Acesso em: 13 jun. 2024.

NÓBREGA, Luciana Nogueira; BARBOSA, Lia Pinheiro. Entre terras, territórios e territorialidades – o povo indígena Anacé e o Complexo Industrial e Portuário. Trabalho apresentado no 20º Congresso Brasileiro de Sociologia, 12-17 jul. 2021, Belém.

NÓBREGA, Luciana Nogueira; BARBOSA, Lia Pinheiro. Uma pedagogia das retomadas: ensinamentos e aprendizagens a partir do povo indígena Anacé. **Revista FAEBA – Educação e Contemporaneidade**, Salvador, v. 31, n. 67, p. 248-267, jul./set. 2022. Disponível em: <https://dx.doi.org/10.21879/faeaba2358-0194.2022.v31.n67.p248-267>. Acesso em: 20 nov. 2024.

QUINTELA, Samuel. Em 20 anos, Porto do Pecém se consolida como 'maior âncora de desenvolvimento no Estado'. **Diário do Nordeste**, 28 mar. 2022. Disponível em: <https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/negocios/em-20-anos-porto-do-pecem-se-consolida-como-maior-ancora-de-desenvolvimento-no-estado-1.3209259>. Acesso em: 18 dez. 2024.

TÓFOLI, Ana Lúcia Farah. Disputas territoriais entre o Complexo Industrial e Portuário do Pecém e as populações tradicionais. Trabalho apresentado na 28ª Reunião Brasileira de Antropologia, São Paulo, 2012. 20 p.

